

**PET na EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 6.864 - DF
(2007/0153803-8)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO
REQUERENTE : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS AUDITORES
FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
ADVOGADO : MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO E
OUTRO(S) - DF016362
REQUERIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTERES. : FLAVIANO NICODEMOS DE ANDRADE LIMA
INTERES. : FRANK FARIAS SANTOS
INTERES. : GIOVANA MARIA DO NASCIMENTO CARVALHO
INTERES. : GUSTAVO LUIS REQUIÃO BITTENCOURT
INTERES. : HELENILSON SANTOS BISPO
INTERES. : HELENO AMARO DA SILVA
INTERES. : ILZA ALELUIA SANTOS DE OLIVEIRA
INTERES. : JADER ROCHA DE OLIVEIRA
INTERES. : JOÃO ELIAS VIEIRA JÚNIOR
INTERES. : JORGE ANTÔNIO NASCIMENTO
INTERES. : JOSÉ BRITALVO CORREIA
INTERES. : JOSÉ DE SOUZA
INTERES. : JOSIVAN ANSELMO JOSÉ DA SILVA
INTERES. : LEONORA RAMOS BASTOS

DECISÃO

Por meio da Petição nº 00149305/2019 (fls. 393-395), o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL reporta-se à decisão que, ao julgar os embargos à execução por ele opostos, promoveu a exclusão de alguns dos substituídos em razão da constatação de litispendência (FRANCISCO DE MORAIS ROCHA FILHO, IRACI SILVA CHAGAS DE OLIVEIRA, ISABEL CRISTINA REGO JONES, ISABELA FREIRE DE OLIVEIRA SANTOS ROSSI, IVO MENEZES, JANE LÚCIA SALES LEITE, JOÃO FALCÃO JONES, JOSÉ RAIMUNDO FERREIRA, JOSÉ XAVIER SANTOS FILHO, LECÍNIO ARAÚJO SERRA e LITZA BARROSO PEDREIRA LAPA).

Nesse sentido, a autarquia federal executada pugna pelo arbitramento da verba honorária em 10% (dez por cento) sobre o valor executado, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC, invocando, para tanto, o princípio da causalidade.

No tocante ao pedido de fixação de honorários sucumbenciais nesta oportunidade, **cumprе anotar que não merece ser acolhido.**

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior orienta-se no sentido de que "o trânsito em julgado de decisão omissa em relação à fixação dos

honorários sucumbenciais impede o ajuizamento de ação própria objetivando à fixação de honorários advocatícios, sob pena de afronta aos princípios da preclusão e da coisa julgada. Isto porque, na hipótese de omissão do julgado, caberia à parte, na época oportuna, requerer a condenação nas verbas de sucumbência em sede de embargos declaratórios, antes do trânsito em julgado da sentença" (REsp n. 1.743.845/PE, Rel. Ministro Herman Benjamin, DJe 26/11/2018).

Competia ao INSS, no momento adequado, ter aventado a omissão no acórdão que examinou os embargos à execução, ônus da qual não se desincumbiu, tendo o aludido *decisum* transitado em julgado. Uma vez determinada a expedição das requisições de pagamento, tem-se que **a questão não impugnada tempestivamente pelo ente público encontra-se preclusa.**

Ainda, confira-se: "É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que o trânsito em julgado de decisão omissa quanto aos honorários sucumbenciais, sem oportuna oposição de embargos declaratórios, impede o ajuizamento de posterior ação objetivando tal cobrança pelo advogado, sob pena de afronta aos princípios da preclusão e da coisa julgada" (AgRg no REsp n. 1.269.607/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 14/12/2015).

Diante do exposto, **indefiro** o pedido de arbitramento da verba honorária.

Cumpra-se a decisão de fls. 390-391, com destaque dos honorários advocatícios, se for o caso, e com valores devidamente atualizados até o efetivo pagamento.

Ressalto, contudo, que, ao invés de se proceder ao bloqueio da diferença entre os índices TR e IPCA-E, a expedição das requisições de pagamento deve ser feita com base no cálculo elaborado pela TR, ficando resguardada a possibilidade de expedição de precatório/RPV complementar para requisição dos valores relativos à referida diferença quando transitar em julgado o **RE 870.947/SE** (no qual se discute a aplicabilidade do índice de correção monetária às condenações judiciais impostas à Fazenda Pública), observando eventuais modificações.

Outrossim, fica autorizada, desde já, a expedição de requisições de pagamento de valor complementar, nos termos acima expostos.

Ademais, esclareço que nos valores requisitados deverão ser computados juros de mora até a data da expedição das requisições, nos termos do que ficou decidido pelo STF no julgamento do RE 579.431/RS, apreciado pela sistemática da repercussão geral, que, analisando o Tema nº 96, fixou a tese de que *incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório.*

Superior Tribunal de Justiça

À Coordenadoria de Execução Judicial para proceder à conversão em renda em favor do INSS do depósito relativo à multa de 1% aplicada no julgamento dos embargos à execução conexos, nos termos indicados às fls. 462-463 da execução de registro 2007/0152584-5. Cumprida a providência, intime-se o INSS para se manifestar.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção